



**EXMA. SRA. DIRETORA DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS/TCE-MG**

Processo nº: 1054135

MARIA DIVINA PEREIRA SANTOS, já qualificada nos autos, por sua advogada *in fine* assinada, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar sua **DEFESA** nos termos que se segue:

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face da Indiciada para apurar possível infração aos artigos 216, 217 e 246, da Lei Estadual nº 869/1952, por ter, em tese, cometido irregularidades na gestão financeira e administrativa da Caixa Escolar Vitor Rodrigues Lopes, da Escola Estadual Maria Rosa Nunes.

Devidamente intimada em 11/10/2019, a Indiciada apresentou tempestivamente as provas a serem produzidas, bem como apresentou o rol de testemunhas.

Foram juntados os seguintes documentos: EXTRATOS BANCÁRIOS DE OUTUBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2016, comprovando a Indiciada não ter se apropriado indevidamente de quaisquer valores público



Designada audiência de instrução, devidamente intimada a Indiciada, foram ouvidas 03 (três testemunhas) arroladas pela Acusação, na data de 23/10/2019.

As testemunhas arroladas pela Defesa foram ouvidas em 06/11/2019.

Decorrida a instrução, aberto prazo para apresentação de alegações finais.

Em que pese os fundamentos da Acusação, **PODE-SE AFIRMAR VEEMENTE QUE NÃO HOUVE COMETIMENTO DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO PELA INDICIADA**, senão, vejamos.

PRELIMINARMENTE

DA NULIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO SRA. ILDA DA SILVA BORGES OLIVEIRA

Excelência, o depoimento da sra. Ilda da Silva Borges deverá ser declarado nulo.

Ficou evidente que a Sra. Ilda faltou com a verdade em seu depoimento, quando proferiu diversas acusações contra o então gestor, o Indiciado Daniel, fatos que sequer possuem comprovação documental.

O fato de ter faltado com a verdade em seu depoimento só se justifica pelo motivo de ser **AMIGA ÍNTIMA** e **COMADRE** da atual gestora da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, Sra. Fátima Ferreira Costa de Melo, inimiga declarada do Indiciado Daniel, que inclusive, foi quem realizou denúncia no Ministério Público Federal, estando o mesmo respondendo processo criminal totalmente injusto.

Sra. Diretora, é evidente o conluio ocorrido para que o Indiciado fosse taxado de infrator e mal gestor, mas, além de tudo, a Sra. Ilda cometeu crime de falso testemunho, pelo qual, requer que as devidas providencias sejam tomadas.



Observe o seguinte trecho do depoimento que confirma a existência da relação íntima entre as testemunhas arroladas pela acusação, Sras. Ilda e Fátima, esta última sequer pode depor, **POR SER DECLARADA TOTALMENTE SUSPEITA, NOS TERMOS DA LEI.**

“...Que Ilda e Fátima são amigas e comadres...” (Depoimento da Sra. Divânia Gonçalves de Souza).

Importante constar que foi perguntado ao Sr. Edvaldo, testemunha da defesa quanto a amizade existente entre as Sras. Ilda e Fátima, porém, tal perguntada foi rejeitada pela Comissão Apuradora, sem nenhuma razão plausível.

É mister trazer aos autos, ainda, que a amizade existente entre a depoente e atual gestora, algoz do Indiciado e evidente suspeição da Sra. Ilda para depor foi confessado pela mesma em seu depoimento, quando deixa claro que obedecia à ordens da Sra. Fátima em funções que não lhe pertenciam, inclusive, foi a própria Sra. Ilda que compareceu ao banco para obter as microfilmagens dos cheques emitidos pelo Indiciado, a mando da Sra Fátima, vejamos:

“...que a pedido da diretora Fátima pegava microfilmagem de cheques no Banco; (...) que não tinha função na Caixa Escolar..” (Depoimento de Ilda da Silva Borges)

Ora, como a depoente justifica o fato de que um servidor que não possui tal função e ainda assim a realiza por pedido pessoal de outrem?

Tal ação só possui uma justificativa: Conluio entre comadres contra o Indiciado Daniel.

Portanto, reconhecida a SUSPEIÇÃO da Sra. Ilda, o depoimento prestado perante a Comissão deve ser declarado totalmente NULO.



Este também o entendimento unânime dos Tribunais Brasileiros:

TJ-MG - Apelação Criminal APR 10702140350886001 MG (TJ-MG)

Jurisprudência • Data de publicação: 19/12/2017

EMENTA

. - Comprovado que o agente, chamado a depor na condição de **testemunha** comprometida, **mentiu** em **juízo**, negando a ocorrência de fato juridicamente relevante ao processo penal, com plena ciência acerca do seu comportamento de faltar com a verdade, ou de omiti-la, prejudicando a correta distribuição da justiça, configurado está o delito previsto no artigo 342, § 1º, do Código Penal - Ausentes nos autos elementos mínimos acerca da alegada coação moral irresistível, ou da inexigibilidade de conduta diversa, no tocante ao falso testemunho, não há como acolher a tese de exclusão de culpabilidade - A punição mais rigorosa, prevista na hipótese do § 1º do artigo 342, do Código Penal, se justifica - nos termos da lei penal - pelos valores de que cogita o processo penal, envolvendo o ius libertatis e o poder punitivo estatal, e a exigência da ordem jurídica de que sejam punidos os culpados e absolvidos os inocentes.

TRT-5 - Recurso Ordinário RecOrd 00011047820115050195 BA 0001104-78.2011.5.05.0195 (TRT-5)

Jurisprudência • Data de publicação: 31/10/2012

EMENTA

SENTENÇA PROFERIDA COM BASE EM **DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA SUSPEITA**. Restando demonstrado nos autos que há nítida troca de favores entre o Reclamante e a sua **testemunha**, porquanto comprovado que esta, em processo movido contra a mesma Demandada, arrolou o Autor como sua **testemunha**, imperiosa a reforma da sentença proferida com base em tal **depoimento**.

DA INEXISTÊNCIA DO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Indiciada é acusada de infringir o que preceitua o artigo 216, incisos V e VI, 217 e 246, todos da Lei Estadual 869/52.

Art. 216. São deveres do funcionário: I - assiduidade; II - pontualidade; III - discrição; IV - urbanidade; V - LEALDADE ÀS INSTITUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS A QUE SERVIR; VI -

Pça Artur Bernardes, 240, Sl.15 – Centro – Januária – Minas Gerais.

CEP – 39480-000 – telefone 38 – 99905-3717

E-mail: deborahuchoa01@gmail.com



OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES; VII - obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VIII - levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo; IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe foi confiado; X - providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família; XI - atender prontamente: a) às requisições para a defesa da Fazenda Pública; b) à expedição das certidões requeridas para a defesa de direito.

Ora, Sra. Diretora, em momento algum restou comprovado que a Indiciada faltou com lealdade à instituição administrativa a que servia, muito pelo contrário.

Quando sacava o dinheiro dos cheques nominais, este valor era repassado ao gestor para que as dívidas da Caixa Escolar pudessem ser quitadas, o que garantiu o fornecimento dos serviços básicos para o funcionamento escolar.

Podemos comprovar tal afirmação por meio dos seguintes depoimentos:

“.... Que não teve conhecimento da falta de merenda escolar e materiais básicos na Escola; (...) que não houve falta de merenda; que enquanto esteve professor na Escola não presenciou qualquer situação de aluno chorar com fome ou passando mal; (...) que antes da gestão de Daniel a internet era fornecida pela Rural Web, faltava acesso para os professores, com a gestão de Daniel o problema foi resolvido com a contratação de outra empresa Uaicom da Chapada Gaúcha...” (Depoimento do Sr. Edvaldo Pereira Santos)

“.... Que não presenciou a falta de material escolar e merenda na Escola; (...) que não presenciou o fato de aluno chorar ou passar mal por falta de merenda escolar; (...) que quando atuou na Escola não presenciou a reclamação de pais quanto a falta de merenda; (...) que enquanto professor avalia a gestão de Daniel, não tendo nada a reclamar, foi igual a gestão dos outros; (...) que



não tem nada a questionar a gestão de Daniel, foi um ótimo profissional...”
(Depoimento de Ronivon Barbosa Ribeiro)

“... Que na gestão de Daniel não faltava material, merenda e internet; (...) que não teve conhecimento, não presenciou em sala de aula o fato de aluno passar mal por falta de merenda escolar (...) que na gestão de Daniel não faltava material pedagógico, merenda, gás e internet; (...) que como professora avalia a gestão de Daniel como boa; que a comunidade escolar também avalia como positiva a gestão de Daniel, pois gostam dele..”
(Depoimento de Divânia Gonçalves de Souza)

“... que não presenciou situações em que os alunos tivessem passado mal por falta de merenda; (...) que o período que estive na Escola não via nada de anormal na gestão de Daniel; (...) que não ouvia da comunidade escolar reclamações quanto a gestão de Daniel; (...) que os computadores da Escola tinham acesso à internet; que quando solicitava o material à direção, e não tendo na Escola, era providenciado na semana seguinte; (...) que enquanto especialista, não notou nenhuma irregularidade na gestão de Daniel; (...) que nos dois meses que estive na escola, as coisas andavam bem...” (Depoimento do ESPECIALISTA Azélio Rodrigues da Silva).

No que tange à observância das normas legais e regulamentares por parte do gestor, o fato entra em uma seara bastante delicada.

É sabido e comprovado que ao assumir a escola em uma transição bastante conturbada pelo fato do afastamento do diretor Leonardo Francisco da Silva para cuidar de assuntos pessoais, o Indiciado Daniel, que até então nunca tinha tido acesso ou qualquer conhecimento sobre Caixa Escolar aceitou o múnus de gestor com a única finalidade de tentar tirar a escola da situação lamentável em que se encontrava.



A Indiciada sacava os valores dos cheques nominais com a ciência de que esta era a única maneira da Caixa Escolar sanar as dívidas para que a Escola pudesse ter seu andamento regular

Não houve lesão aos cofres públicos, pois o dinheiro público foi revertido na própria Escola, prova disso foi que nada faltou à Escola durante a gestão de Daniel.

Além do mais, as testemunhas confirmam que a Indiciada não se apropriou nenhum valor, não existem provas de desvio de valores:

“...que acredita que Daniel, Marly e Divina não utilizaram dos recursos em proveito próprio, pelas condições em que se encontram hoje...”
(Depoimento de Edvaldo Pereira)

“... Que não acredita que Daniel, Marly e Maria Divina tenham apropriado dos valores dos cheques emitidos nominal a Maria Divina; que nessa época não viu Daniel, Marly e Maria Divina esbanjando dinheiro...”
(Depoimento de Divânia Gonçalves de Souza)

“...que não tem conhecimento que o diretor Daniel tenha se apropriado de recursos oriundos da Caixa Escolar, que no período que ele esteve na escola não havia nada de anormal na gestão de Daniel (...) que não tem conhecimento que Daniel e Maria Divina utilizaram recurso da Caixa Escolar em proveito próprio...” ***(Depoimento de Azélio Rodrigues da Silva)”***

Ademais, não era atribuição da Indiciada tampouco de seu conhecimento que a forma utilizada para pagamentos dos débitos não era correta.

Não existem comprovação nos autos de que o dinheiro sacado pela Indiciada tenha tido outro destino senão o pagamento de dívidas da Caixa Escolar.



Por outro lado, a Indiciada demonstra uma conta bancária sem fortunas (já anexado aos autos), somente auferindo o seu salário, bem como sua evolução patrimonial está se dando de forma lenta: possui uma casa simples na roça e uma motocicleta para se locomover ao trabalho.

Portanto, Sra. Diretora, não se pode incutir à Indiciada o descumprimento de normas legais e regulamentares, quando estas sequer foram apresentadas à mesma.

A Indiciada foi Acusada da infração do Art. 217. Ao funcionário é proibido: I - referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; II - retirar sem prévia autorização competente qualquer documento ou objeto da repartição; III - promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição; **IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função**; V - coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária; VI - participar de gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo os casos expressos em lei; VII - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou mandatário; VIII - praticar a usura em qualquer de suas formas; IX - pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parentes até segundo grau; X - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

Está devidamente comprovado nos autos que a Sra. Maria Divina não se apropriou de nenhum valor público para si.

A Indiciada foi acusada, ainda, de infringir o que reza os incisos I e III do artigo 246 da Lei Estadual 869/52, vejamos:



Art. 246 - A pena de suspensão será aplicada em casos de: I - FALTA GRAVE; II - Recusa do funcionário em submeter-se à inspeção médica quando necessária; III - DESRESPEITO ÀS PROIBIÇÕES CONSIGNADAS NESTE ESTATUTO; IV - Reincidência em falta já punida com repreensão; V - Recebimento doloso e indevido de vencimento, ou remuneração ou vantagens; VI - Requisição irregular de transporte; VII - Concessão de laudo médico gracioso. § 1º - A pena de suspensão não poderá exceder de noventa dias. § 2º - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

A Indiciada reitera sua conduta ilibada durante sua atuação na Escola Estadual Maria Rosa Nunes. Não existem nos autos prova em contrário

Desta maneira, não restam dúvidas quanto à integridade moral da Indiciada, não tendo desviado ou subtraído para si qualquer valor público.

DO PEDIDO

Sra. Diretora, tendo em vista que no decorrer da instrução não foram comprovados o cometimento de infrações administrativas pela Indiciada, a medida de **REVISÃO** da decisão do P.A.D é a medida que se impõe.

Caso esse não seja o entendimento de Vossa Senhoria, requer que a pena atribuída à Indiciada seja compatível ao seu ato.

Termos em que,

Pede deferimento.

Januária/MG, 20 de fevereiro de 2022.

DÉBORAH MARIA UCHÔA SANTANA

OAB/MG 148.933